


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0014588-12.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **Iraci Cardozo Rodrigues**
 Requerido: **Duo Kenko - VP Badaró Colchões EPP**

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que a autora almeja à rescisão de contrato de compra e venda e a restituição de valor pago à ré pela compra de produto que não lhe foi entregue.

A preliminar de ilegitimidade passiva ad causam suscitada em contestação não merece acolhimento.

Com efeito, o liame jurídico estabelecido pela autora foi com a ré, ainda que através de pessoa que tenha se apresentado como sua representante, de sorte que esta deverá figurar no polo passivo da relação processual.

Anote-se que quando da realização da audiência junto ao PROCON a ré admitiu não haver qualquer irregularidade no caso em apreço, inviabilizando a possibilidade de acordo (fl. 7).

Oportunamente poderá a ré até se valer do direito de ingressar contra quem tenha se apresentado indevidamente como sua representante, mas no presente caso, deverá responder à presente ação até porque incumbia-lhe se acautelar e tomar providências preventivas que visassem evitar a ocorrência de situações como a posta nos autos.

Rejeito, pois, a prejudicial arguida.

0014588-12.2013.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

No mérito, reputo que o documento de fl. 10, não impugnado pela ré, deve ser analisado sob a luz da teoria da semelhança e considerado como prova da aquisição invocada pela autora, sendo incontroverso que o produto a ela relativo não foi entregue.

Nesse contexto, e independentemente de se cogitar da incidência da regra do art. 6º, inc. VIII, parte final, do CDC à hipótese vertente, tocava à ré a comprovação da entrega da mercadoria em apreço.

Tal conclusão escora-se no art. 333, inc. II, do Código de Processo Civil, bem como na circunstância de que não seria exigível ao autor demonstrar fato negativo.

A ré, porém, não se desincumbiu desse ônus, tendo em vista que não amealhou um só elemento concreto que evidenciasse o cumprimento da obrigação a seu cargo.

Como se não bastasse, é fato irrefutável que a autora é parte hipossuficiente na relação processual. Contando com idade de 63 anos e analfabeta, não é difícil crer na sua falta de informação e compreensão necessária para entender a real dimensão do negócio que lhe estava sendo proposto.

Assim posta a questão, é inquestionável o direito da autora à restituição da quantia que teve descontada do seu benefício junto ao INSS, sob pena de inconcebível enriquecimento sem causa da ré em seu detrimento.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar rescindido o contrato de compra e venda havido entre as partes e condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 140,00, acrescida de correção monetária, a partir de março de 2013 (época do ocorrência do desconto no benefício da autora), e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 22 de novembro de 2013.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**